DF CARF MF Fl. 93





Processo nº 10825.902159/2010-09

Recurso Voluntário

ACÓRDÃO GER

Acórdão nº 3002-000.989 - 3ª Seção de Julgamento / 2ª Turma Extraordinária

Sessão de 12 de dezembro de 2019

Recorrente OMI DO BRASIL TEXTIL S.A.

Interessado FAZENDA NACIONAL.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL (COFINS)

Ano-calendário: 2004

PRELIMINAR. NULIDADE DO DESPACHO DECISÓRIO. INEXISTÊNCIA.

Não demonstração pela Recorrente de elementos a ensejar a nulidade do Despacho Decisório. Ausência de crédito passível de ressarcimento/compensação.

DISCUSSÃO ACERCA DO DÉBITO DECLARADO EM DCOMP. INCOMPETÊNCIA. INTELIGÊNCIA §1º DO ART. 7º DO RICARF.

A confissão de dívida pelo contribuinte se dá tanto pela DCTF quanto o pelo PER/DCOMP. O julgamento do PER/DCOMP está restrito a análise do crédito pleiteado e não em torno do débito, porque já confessado, segundo o artigo 74, § 6°, da Lei n° 9.430, de 1996. De igual modo, não é possível apreciar pedido de retificação de DCOMP.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em rejeitar a preliminar de nulidade e, no mérito, em negar provimento ao Recurso Voluntário. Votaram pelas conclusões as Conselheiras Larissa Nunes Girard e Maria Eduarda Alencar Simões.

(documento assinado digitalmente)

Larissa Nunes Girard - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Sabrina Coutinho Barbosa - Relatora

Participaram do presente julgamento as Conselheiras: Larissa Nunes Girard (Presidente), Maria Eduarda Alencar Câmara Simões e Sabrina Coutinho Barbosa. Ausente o Conselheiro Carlos Alberto da Silva Esteves.

DF CARF MF Fl. 94

Fl. 2 do Acórdão n.º 3002-000.989 - 3ª Sejul/2ª Turma Extraordinária Processo nº 10825.902159/2010-09

Relatório

Trata-se recurso administrativo voluntário contra v. acórdão proferido pela DRJ/FOR que julgou improcedente a manifestação de inconformidade apresentada pela contribuinte, aqui Recorrente.

Rememorando os fatos, a Recorrente pleiteou compensação crédito oriundo de pagamento indevido ou a maior por meio de DARF no valor de R\$ 5.655,33 para quitação de débito tributário de COFINS lançado na PER/DCOMP nº 42157.55791.190307.1.3.04-0526.

Ato seguinte, mediante despacho decisório, foi reconhecido em parte o direito creditório e, consequentemente, indeferida a compensação declarada pela Recorrente, porque insuficiente o crédito declarado para quitação do valor informado como devido no PER/DCOMP nº 42157.55791.190307.1.3.04-0526 já que alocado para o PER/DCOMP nº 13910.01966.101104.1.7.04-0521.

Quando intimada, a Recorrente apresentou manifestação de inconformidade arguindo em tese que o PER/DCOMP nº 13910.01966.101104.1.7.04-0521 foi retificado; que o valor da Cofins de 03/2004 é zero, conforme DCTF juntado; e, que se deve desconsiderar o PER/DCOMP nº 13910.01966.101104.1.7.04-0521, pois os débitos por ela compensados não foram declarados em DCTF.

Oportunamente juntou a peça além do instrumento de representação, PER/DCOMP's (original e retificadora) e DCTF's.

Ato seguinte, foi proferido acórdão pela 4ª Turma da DRJ/FOR (fls. 42/44) no qual julga improcedente a manifestação de inconformidade da Recorrente, restando assim ementado:

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

Ano-calendário: 2004 COMPENSAÇÃO.

Não se homologa compensação com crédito previamente alocado a outros débitos.

Manifestação de Inconformidade Improcedente

Direito Creditório Não Reconhecido

Quando intimada do referido acórdão em 17/12/2014 (Termo de abertura de documento à fl. 51 dos autos), aos dias 12/01/2015 a Recorrente interpôs recurso administrativo voluntário (fls. 54/63), alegando: a) preliminar de nulidade no procedimento adotado pela Administração Fiscal, porque não reconheceu o valor recolhido a maior e, por isso, suscita aplicação da Lei nº 9.784/99; b) inobservância da "verdade material" pela Administração Fiscal ao negar o direito creditório a Recorrente que comprovou o pagamento indevido/a maior e, sendo necessário fosse efetuado a sua intimação para esclarecimentos; c) que as DCTF's apresentadas (original e retificadoras) tem valor probatório do indébito tributário; e, ao final, pleiteia o cancelamento da DCOMP nº 13910.01966.101104.1.7.04-0521.

Para tanto apresentou os mesmos documentos já juntados na manifestação de inconformidade a saber, DCTF e PER/DCOMP retificadora nº 13910.01966.101104.1.7.04-0521, DCTF e PER/DCOMP nº 42157.55791.190307.1.3.04-0526.

É o relatório.

Fl. 3 do Acórdão n.º 3002-000.989 - 3ª Sejul/2ª Turma Extraordinária Processo nº 10825.902159/2010-09

Voto

Conselheira Sabrina Coutinho Barbosa, Relatora.

O recurso voluntário é tempestivo e preenche todos os requisitos de formais de admissibilidade, especialmente quanto ao limite de alçada das Turmas Extraordinárias, em atendimento ao RICARF, portanto, dele conheço.

In casu, cuidaremos de analisar o direito creditório da Recorrente passível de compensação, nos termos declarados no PER/DCOMP nº 42157.55791.190307.1.3.04-0526.

Pois bem, de já oportuno pontuar que é incontroverso a utilização do saldo de pagamento indevido/a maior do DARF objeto do presente para pagamento de outros débitos que não aquele do PER/DCOMP nº 42157.55791.190307.1.3.04-0526, ora em análise.

Em resumo, suscita a Recorrente nulidade do Despacho Decisório, porque não reconhecido o crédito contraído a partir de pagamento indevido/a maior via DARF e que restou provado o indébito tributário através das DCTF's original e retificadoras.

Analisando as informações prestadas pela Recorrente e documentos juntados aos presentes autos, melhor sorte não assiste a Recorrente, como será demonstrado.

Preliminarmente, não há que se falar em nulidade do Despacho Decisório, sob o fundamento da Recorrente de que não reconhecido o valor recolhido a maior.

Primeiro porque não demonstrado pela Recorrente qualquer violação ou desatenção pelo Fiscal na análise da DCTF e PER/DCOMP, ora discutida, nos termos da Lei invocada.

Segundo, porque embora tenha se reconhecido a existência do crédito, a compensação não foi homologada visto que o crédito reconhecido foi utilizado em outras compensações que não integram estes autos.

Ademais, no caso em tela, pretende a Recorrente discutir a DCOMP nº 13910.01966.101104.1.7.04-0521. Tanto é verdade que, ao final da peça recursal, pede o cancelamento da referida DCOMP, para que tenha eficácia, apenas a DCOMP nº 42157.55791.190307.1.3.04-0526, aqui analisada, o que se mostra incabível.

Isso porque o pleito da Recorrente se mostra desarrazoado em razão de ser a DCOMP nº 13910.01966.101104.1.7.04-0521 objeto estranho aos autos e, portanto inviável sua apreciação por meio do presente procedimento administrativo.

De mais a mais, é cediço que tanto a DCTF quanto o PER/DCOMP são documentos que constituem confissão de dívida, sendo instrumento hábil e suficiente para a exigência dos débitos indevidamente compensados, segundo legislação vigente, que transcrevo:

Lei nº 9.430/1996 (com alterações pela MP 135/2003, convertida na Lei nº 10.833/2003).

Art. 74. O sujeito passivo que apurar crédito, inclusive os judiciais com trânsito em julgado, relativo a tributo ou contribuição administrado pela Secretaria da Receita Federal, passível de restituição ou de ressarcimento, poderá utilizá-lo na compensação de débitos próprios relativos a quaisquer tributos e contribuições administrados por aquele Órgão.

(...)

§ 6º A declaração de compensação constitui confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência dos débitos indevidamente compensados.

DF CARF MF Fl. 4 do Acórdão n.º 3002-000.989 - 3ª Sejul/2ª Turma Extraordinária Processo nº 10825.902159/2010-09

Logo, a discussão em processo administrativo se dá para aferição de existência de crédito requerido pelo contribuinte em PER/DCOMP e não em torno de haver débito, porquanto já declarado/confessado.

Frente ao cenário, nos pedidos de ressarcimento/compensação via PER/DCOMP compete a esta Turma do CARF de acordo com o Regimento Interno¹ analisar e julgar a existência dos créditos requeridos pelo contribuinte, estando afastada a apreciação em torno do débito já confessado e, ainda, em torno de pedido de retificação de DCOMP.

Portanto, acertada a decisão proferida pela d. 4ª Turma da DRJ/FNS que faço consignar no meu voto:

Presentes os pressupostos de admissibilidade da manifestação de inconformidade, dela se toma conhecimento.

No mérito, a manifestação é improcedente.

O decisório está assim configurado:

3-FUNDA ENTA CAC A análise do credito creditó Valor do crédito organal rel A par das acterísticas rela mados mas parcial misuficione para compensa Características do DARF dis	rio está limi conhecido: do DARF di iente utiliza- ição dos dét	tada ao "crédit 1.208,93 scriminado no dos para quita oitos informado	to original na data de tra PER/DCOMP acima iden ção de débitos do contri os no PER/DCOMP.	ansmissão" informado no tificado, foram localizado	s um ou mais	pagamentos, ab	aixo	
PERÍODO DE APURAÇÃO		CÓDIGO DE RECEITA		VALOR TOTAL DO DARF		DATA DE ARRECADAÇÃO		
28/02/2004	/02/2004 5856				5.655,33	31/08/2004		
UTILIZAÇÃO DOS PAGAME	NTOS ENCO	NTRADOS PAR	A O DARF DISCRIMINAL	DO NO PER/DCOMP				
NÚMERO DO PAGAMENTO	VALOR OR	IGINAL TOTAL	PROCESSO(PR)/ PERDO	COMP(PD)/ DÉBITO(DB)	VALOR ORIGI	NAL UTILIZADO	VALOR ORIGINAL DIS	PONÍVEL
4623890478	5.655,33		PD: 13910.01966.101104.1.7.04-0521		4.446,40			1.208,93
				VALOR TOTAL		1:116,10		1,208,93
Diante do exposto, HOMOL Valor devedor consolidado,				ensados, para pagament	to até 29/10/2	010.		
PRINCIPAL	MULTA		JUROS					
4.775,46		955,09	3.317,98	8				
Para detalhamento da com www.receita.fazenda.gov.b Enguadramento legal: Arts	r, menu "O	nde Encontro",	opção "PERDCOMP", ite	em "PER/DCOMP-Despace	ho Decisório".		900. de 2008.	

O contribuinte alega que o PER/DCOMP nº 13910.01966.101104.1.7.04- 0521 (causa do deferimento parcial do crédito) foi retificado pelo de nº 35800.86177.140205.1.7.04-5530 que, por seu turno, foi retificado pelo de nº 10739.27033.150205.1.7.04-9398. O pleito de compensação de débitos nos referidos PER/DCOMPs eram:

PER/DCOMP	DÉBITO 1	DÉBITO 2		
13910.01966.101104.1.7.04-0521	COFINS, PA 10/2004, Valor de R\$509,43	COFINS, PA 03/2004, Valor de R\$3.158,87		
35800.86177.140205.1.7.04-5530	COFINS, PA 10/2004, Valor de R\$509,43	COFINS, PA 01/2005, Valor de R\$5.925,77		
10739.27033.150205.1.7.04-9398	COFINS, PA 10/2004, Valor de R\$509,43	COFINS, PA 01/2005, Valor de R\$5.363,20		

Os dois últimos PER/DCOMPs não foram admitidos pela Administração Tributária, na forma do artigo 58 da IN SRF 460, de 2004, por que incluíam novo débito, no caso o débito de COFINS, PA 01/2005. Portanto, permanece com eficácia plena o PER/DCOMP nº 13910.01966.101104.1.7.04-0521.

O fato de o débito constante no PER/DCOMP n° 13910.01966.101104.1.7.04-0521, ou ter sido excluído da DCTF (na hipótese do débito de Cofins de mar/2004), ou não

¹ Art. 7º Incluem-se na competência das Seções os recursos interpostos em processos administrativos de compensação, ressarcimento, restituição e reembolso, bem como de reconhecimento de isenção ou de imunidade tributária.

^{§ 1}º A competência para o julgamento de recurso em processo administrativo de compensação é definida pelo crédito alegado, inclusive quando houver lançamento de crédito tributário de matéria que se inclua na especialização de outra Câmara ou Seção.

DF CARF MF Fl. 5 do Acórdão n.º 3002-000.989 - 3ª Sejul/2ª Turma Extraordinária Processo nº 10825.902159/2010-09

constar o citado PER/DCOMP na DCTF correspondente (na hipótese do débito de Cofins de out/2004), é irrelevante no deslinde da presente questão, tendo em vista que os débitos declarados no PER/DCOMP n° 13910.01966.101104.1.7.04-0521 não necessitam ser informados também em DCTF, já que o PER/DCOMP possui força autônoma de confissão de dívida, consoante artigo 74, § 6°, da Lei n° 9.430, de 1996.

Apenas para argumentar, mesmo que se acolhesse o PER/DCOMP n° 10739.27033.150205.1.7.04-9398 (último item da planilha acima), ainda assim não haveria crédito disponível para o PER/DCOMP ora em julgamento, tendo em vista que o PER/DCOMP n° 10739.27033.150205.1.7.04-9398 intentaria compensar débitos nos valores de R\$509,43 (PA 10/2004) e de R\$5.363,20 (PA 01/2005).

Registro que foram adotadas as razões de decidir da maioria, visto que restei vencida quanto aos fundamentos da decisão, embora haja concordância, por unanimidade, quanto ao resultado do julgamento.

Por essa razão, conheço o recurso administrativo voluntário interposto, rejeitando a nulidade suscitada e, no mérito nego provimento mantendo incólume a decisão recorrida.

É como voto.

(documento assinado digitalmente)

Sabrina Coutinho Barbosa.